

Primeira Linha

FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA,
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Banca vai continuar a aumentar comissões para recuperar lucros

“Sem dúvida” que os bancos vão continuar a subir as comissões bancárias. Líder da APB diz que há “necessidade de correcções” devido aos prejuízos do sector

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

Para aumentar proveitos e compensar perdas do sistema de pagamentos, os bancos aumentarão comissões, admite Faria de Oliveira. Reduções de pessoal e balcões também ajudarão a recuperar rentabilidade.

O escrutínio do Banco de Portugal (BdP) aos bancos atrasou o regresso do sector à rentabilidade? 2014 parecia trazer os lucros de volta, mas ainda haverá um grande provisionamento.

Será um ano, talvez ainda com prejuízo global, mas já muito próximo do equilíbrio. 2015 vai ser de facto o ano em que se voltará a uma situação de rentabilidade.

Esta onda de prejuízos inédita no Portugal democrático quebrou um tabu?

Mesmo em termos internacionais todas as análises apontam para que a rentabilidade do sistema não volte aos valores do passado.

Há o risco de, no médio prazo, voltar a haver prejuízos?

Todo este trabalho que a banca tem feito em Portugal, no sentido de assegurar o fortalecimento dos bancos, deixou-os mais fortalecidos.

Essa força evitará prejuízos num próximo ciclo económico negativo?

Um dos ensinamentos que esta crise nos trouxe, pelo menos enquanto a memória o absorver, é que devemos preparar-nos sempre para ciclos negativos e passar a adoptar medidas mais prudentes para fazer face a dificuldades que virão sempre, porque a economia tem ciclos.

Uma das medidas que a banca está a adoptar é a redução de pessoal e de balcões. Este processo será aprofundado?

Há alguma tendência para que seja aprofundado. Para já, resulta da necessidade de ajustamento dos bancos às novas condições de funcionamento e aos novos modelos de

negócio que vão adoptando com a aplicação da área digital à actividade bancária. Nos programas de reestruturação dos bancos, muito ligados à necessidade de diminuição de custos, há também imposições que têm a ver com reduções de efectivos e de agências. Este processo vai ter que se ajustar ao modelo de negócio e às condições de rentabilidade.

Maior consolidação seria uma boa forma de reduzir a capacidade instalada?

Em Portugal o mercado já está bastante concentrado e não antevejo, no curto, médio prazo, movimentos de consolidação entre os maiores bancos. Aquisições de bancos menores podem ocorrer.

Uma das formas que a banca tem usado para recuperar a rentabilidade tem sido o aumento de comissões, seja cobrando serviços anteriormente gratuitos ou comissões cobradas às empresas. É um movimento inevitável?

Resulta da existência de concorrência e da necessidade de aumentar proveitos. A banca cumpre duas missões: uma de intermediação e financiamento à economia, outra assegurar um sistema de pagamentos eficiente, seguro e eficaz. E o sistema de pagamentos, no seu conjunto, foi sempre deficitário. Quando a rentabilidade das instituições era extremamente elevada, havia uma certa compensação entre as perdas resultantes do sistema de pagamentos e os rendimentos obtidos na actividade de intermediação. Num momento em que os bancos passaram a ter resultados negativos, passaram a ter uma forte pressão na sua rentabilidade, é fundamental procurar encontrar formas de poder aumentar os proveitos. É praticamente impossível manter um sistema de pagamentos com resultados muito negativos que acabam por acumular aos da actividade de intermediação. Daí alguma necessidade de fazer algumas correcções.

Quando a rentabilidade era elevada, havia compensação entre as perdas do sistema de pagamentos e os rendimentos de intermediação. Num momento em que os bancos passaram a ter resultados negativos, há que aumentar os proveitos.

O Multibanco é um serviço gratuito que se paga com o aumento de outras comissões? Está a haver uma correcção com a cobrança de outros serviços?

Os serviços em princípio devem ser sempre pagos. Toda a actividade económica se baseia na prestação de serviços remunerados, pelo menos, incluindo os custos. Se os serviços prestados não conseguem obter remunerações que cubram os custos, como qualquer actividade económica tem tendência ou a desaparecer ou a deixar de ter capacidade de se desenvolver. Esta é uma questão essencial para o futuro e que deve ser devidamente ponderada. É por uma imposição legislativa, que dificilmente será alterada, que a utilização dos ATM é gratuita. Mas a verdade é que em todos os outros países europeus paga-se uma comissão pela utilização dos ATM,

designadamente se não pertencem à mesma rede ou ao mesmo banco que é o prestador do serviço. Cria-se aqui uma desvantagem adicional para o nosso país se, eventualmente, houver uma fixação administrativa de limitação do pagamento de algumas comissões. A tendência numa economia de mercado é que não haja limitações administrativas para coisa nenhuma porque há concorrência.

Havendo esta limitação em Portugal, os bancos têm de aumentar outras comissões para compensar os prejuízos no sistema de pagamentos?

As receitas perdidas têm que, de alguma maneira, ser compensadas. Por outro lado, a imposição de um limite para as “interchange fees” vai contra as regras da economia de mercado e cria ainda mais distor-

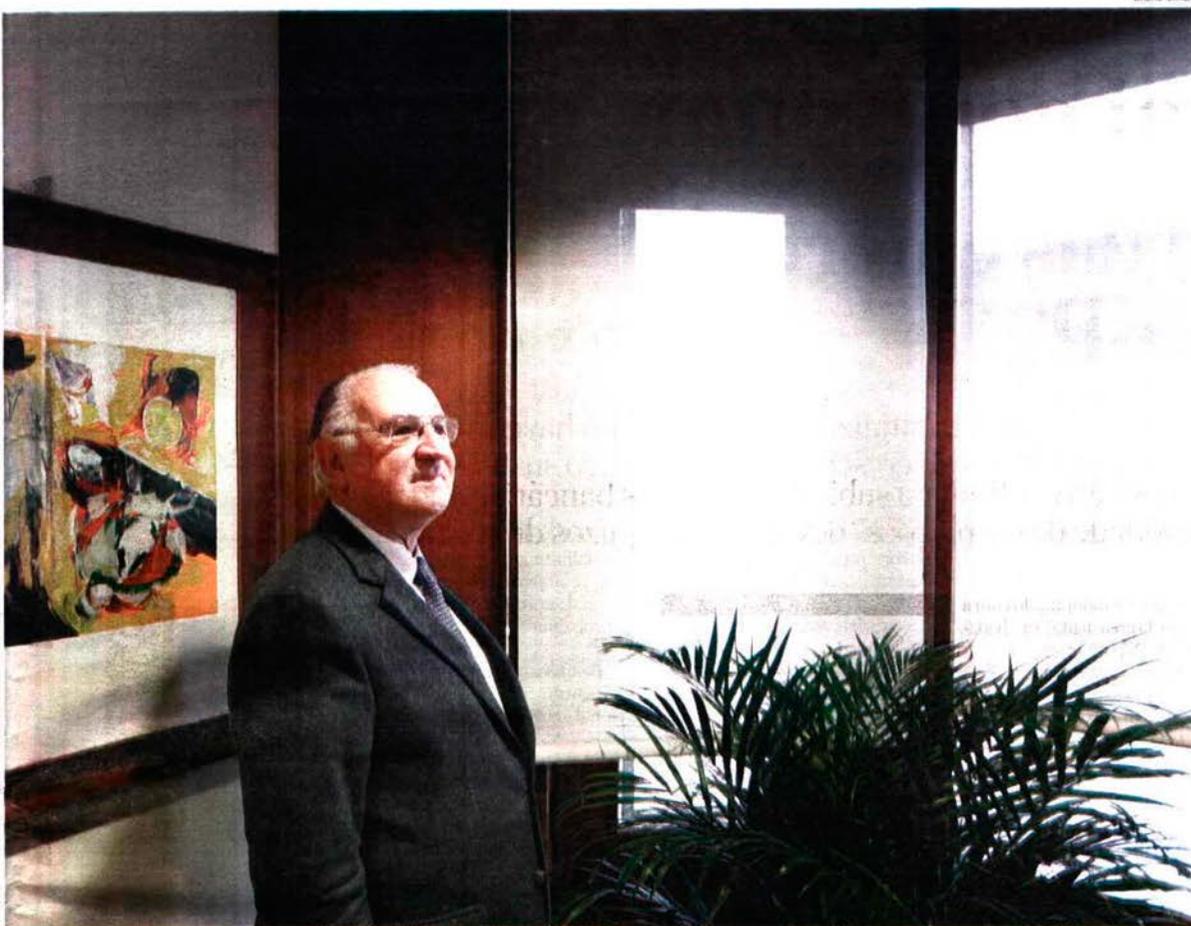
ções entre os diferentes países da União Europeia. O serviço de utilização dos cartões é constituído por um tripé: a cobrança de uma anuidade, as comissões sobre as operações e um terceiro que tem a ver com a utilização das ATM. Se há uns países que são livres de actuação em determinadas áreas e outros que não são, cria-se uma situação de desigualdade. Ainda por cima, a introdução de “caps” [tectos] não traz nenhum benefício para os consumidores. Tem custos muito grandes para os bancos e acaba por ter custos para os consumidores porque vai-se reflectir nos consumidores.

Vai continuar a haver uma tendência de aumento das comissões pelo prejuízo do sistema de pagamentos e para recuperar a rentabilidade da banca? Sem dúvida.

Dos cartões aos saldos de conta. Até à Internet

As comissões bancárias têm vindo a agravar-se nos últimos anos. Além dos encargos associados aos financiamentos concedidos - não só as despesas iniciais como também as comissões por processamento das prestações - os bancos têm revisto em alta também os custos associados às contas bancárias. Os encargos com os cartões de débito e de crédito são exemplo disso, com as anuidades a agravarem-se em 9,9% no ano passado (3,5 vezes acima da inflação). Também os custos de manutenção das contas à ordem registaram agravamentos, não só pelo valor da comissão mas porque muitas instituições viraram os escalões de comissionamento. Nalguns bancos, para se ficar isento é preciso ter um saldo médio trimestral acima dos cinco mil euros. E já não é só ao balcão que os bancos exigem que se pague. Também online, onde o custo para os bancos é reduzido, o sector tem vindo a implementar comissões. Fazer uma transferência, por exemplo, custa cerca de um euro por operação. A CGD foi uma das últimas instituições a passar a cobrar (em meados de Fevereiro), seguindo o exemplo da maioria. **PM**





Sucessão no BES: “Quando acontecer, que ocorra bem”

“Não sei se vai haver qualquer tipo de alteração na liderança de um grande banco. Pelo menos, no curto prazo”, começa por responder Fernando Faria de Oliveira quando questionado sobre a possibilidade de um dos grandes bancos nacionais estar a preparar a escolha de um novo presidente. Confrontado directamente com o eventual processo de sucessão no Banco Espírito Santo, o presidente da APB aproveita para transmitir uma mensagem de tranquilidade. “Quando ele tiver que acontecer espero que ocorra bem”, sublinha. Uns minutos antes, sem referir directamente o nome de Ricardo Salgado, o representante dos banqueiros já tinha elogiado o líder histórico do BES. “Espero que quando [a mudança de liderança no BES] vier a acontecer, aconteça com toda a normalidade, de maneira a preservar uma grande instituição bancária portuguesa que tem tido uma liderança de grande nível”, assinalou Faria de Oliveira.

“O banco é o coração da economia e o sangue deve fluir com regularidade”

A supervisão europeia garante que a saída da troika de Portugal não vai debar a banca à solta?

A supervisão europeia foi uma consequência da crise financeira e tem como objectivo o fortalecimento do sistema bancário e a estabilidade financeira. Em relação ao brutal trabalho desenvolvido no domínio da regulação e do reforço da supervisão, e que envolve centenas de novas directivas, regulamentos, avisos, há que analisar os impactos de todas estas medidas. Na sua implementação, podem ter efeitos menos positivos na economia, se não forem avaliadas as implicações e as consequências. Todas estas medidas devem ser calibradas, isto é, definidas tendo em consideração uma avaliação dos impactos, calendarizadas em prazos que permitam

uma absorção progressiva, sem causar danos colaterais. Mas esta passagem de uma onda de desregulamentação para uma onda de eventual sobre-regulamentação é necessária.

Chegará para evitar novos problemas?
Diminuiu claramente a probabilidade de acontecerem.

Está confiante que os bancos portugueses fiquem bem na fotografia do Banco Central Europeu. Será muito à custa dos prejuízos de 2013 e 2014?

As questões da rentabilidade têm a ver, em primeiro lugar, com a crise da dívida soberana e a crise económica. Os bancos têm que registar as imparidades e provisões que resultam do enorme aumen-

to da taxa de incumprimento. Há um outro factor que também pesa significativamente nos resultados, designadamente nos bancos que tinham uma quota importante no crédito à habitação, construção civil e empresas imobiliárias, que tem a ver com a quebra da margem financeira, ligada ao valor do inde-xante.

Ainda assim o esforço de provisionamento tem sido brutal, em grande medida por imposição do Banco de Portugal (BdP), antecipando o exame do BCE.

Exactamente. De maneira a assegurar que o balanço dos bancos reflecte a sua realidade patrimonial.

Um escrutínio inédito...
Sem dúvida. O BdP tem sido

muito exigente. Em compensação, podemos ter tranquilidade em relação à situação espelhada nos balanços dos bancos. Corresponde à realidade.

Podemos dormir descansados?

Estamos a trabalhar para ter uma banca mais forte e segura, moderna e confiável. O banco é o coração da economia. Qualquer problema que surja, em termos humanos, a nível cardíaco, traduz-se em problemas complicados, porque o sangue deve fluir, deve ser bombeado com suficiência, regularidade, não ter excessos nem faltas. Também a banca deve ser capaz de fornecer liquidez, capital, através do crédito à economia e aos cidadãos, com suficiência e em condições de normalidade. Com conta, peso e medida.

Condenação por cartel: “Não me passa pela cabeça”

O presidente da APB não concebe qualquer possibilidade de alguma das instituições que integram a associação vir a ser condenada por cartel no crédito à habitação e outros financiamentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), na sequência da investigação que o regulador tem em curso e que foi desencadeada por uma queixa apresentada pela casa-mãe do Barclays. “É uma matéria que nem me passa pela cabeça porque não há nenhum tipo de cartel”, garante Faria de Oliveira, que reafirma ter segurança “total” de que não haverá condenações. O representante dos banqueiros diz que “ainda continua sem saber a razão de ser dessa queixa” e assegura que “não há nenhum tipo de indício” sobre a existência de cartel entre os bancos. Foi há um ano que investigadores da AdC acompanhados por elementos do Ministério Público fizeram buscas em 15 instituições financeiras, com o objectivo de recolher provas para confirmar, ou não, indícios de cartel denunciados pelo Barclays.

Fernando Faria de Oliveira

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

“É essencial um quadro fiscal atractivo para o reforço de capital das empresas”

Presidente da APB pede medidas para capitalizar empresas. Para haver mais crédito e mais investimento, condições do crescimento económico sustentável

Representante da banca admite que houve escassez de crédito, mas garante que situação está melhor. E apela à capitalização das empresas.

Os empresários insistem que há escassez de crédito. Concorda?

Neste momento, sem problemas de liquidez e com necessidade de melhorar a rentabilidade, há apetência dos bancos por conceder crédito às boas empresas. A aversão ao risco tem vindo a diminuir e o preço do crédito tem vindo a diminuir. Uma boa empresa consegue financiar-se a taxas de juro de 3%, ainda que a média para as novas operações seja de 5,9% no conjunto do crédito. Boas empresas, bons projectos não têm dificuldade em conseguir financiamento de médio prazo. O investimento, o crédito às empresas e a capitalização são chave para sustentar o crescimento.

O investimento não aumentaria se fosse mais fácil às empresas ter crédito?

Há crédito aos bons projectos. A formação bruta de capital fixo tem vindo a cair. É fundamental o aumento do investimento em 2014, para sustentar o crescimento económico. O crédito às empresas tem vindo a melhorar. Caiu 4,7% em 2013, menos 1,9% que no ano anterior. Uma das questões para que o crédito tenha diminuído tem a ver com a situação das empresas, em termos de autonomia financeira e de insuficiência de capitais. Há necessidade de se actuar na recapitalização das empresas. O sector bancário poderá dar contributo, através de instrumentos híbridos de reforço de capital e do capital de risco.

É missão para o banco de fomento?

Vai dar um grande contributo.

Os banqueiros renderam-se a um projecto que antes parecia concorrencial?

A oposição era mais no sentido de identificar que tipo de instituição era mais útil para a missão de conceder crédito em melhores condições às empresas. Quando na análise que fazemos, o fundamental era

Uma das questões para que o crédito tenha diminuído tem a ver com a autonomia financeira e de insuficiência de capitais das empresas. Há que recapitalizar as empresas.

Linha de apoio à banca dá segurança na união bancária

“É uma rede de segurança que poderá vir a não ser utilizada, mas é uma rede de segurança. Só depois dos testes de stress que vão ser realizados pelo Banco Central Europeu é que, eventualmente, poderá haver maior segurança por parte dos analistas sobre a eventual necessidade de os bancos recorrerem a esse fundo”. O presidente da APB acredita que a linha da troika para apoio à banca não voltará a ser utilizada, mas a sua existência dá confiança ao mercado, numa altura em que o BCE vai assumir a supervisão no âmbito da união bancária. “A forma como o Banco de Portugal tem escrutinado os balanços das instituições dá-nos tranquilidade, em relação ao ‘asset quality review’, mas em relação aos testes de stress, vai depender um bocadinho do que seja definido como o cenário mais adverso. Estou confiante que os bancos passarão também este exercício”, frisa Faria de Oliveira.

apoiar as empresas para poderem recorrer ao crédito em condições de balanço susceptíveis [de ser aceites].

Quando haverá normalização do financiamento das empresas?

Quando o acesso aos mercados por parte dos bancos normalizar. A situação actual do sistema financeiro é de brutais desvantagens competitivas que não facilitam a normalização num prazo curto. Começa já [a ver-se] uma clara tendência de descida das taxas de juro, acompanhando a boa evolução de alguns indicadores das empresas exportadoras. Os bancos procuram traduzir isso com “pricing” ajustado ao risco e essas empresas estão em posição para um “pricing” mais adequado.

Há o risco de concorrência nessas empresas e a maioria ficar sem crédito?

As empresas em geral não têm dificuldade de acesso ao crédito, mas a fragmentação financeira tem, no que diz respeito ao preço do crédito, uma tradução em Portugal negativa na competitividade das empresas. Já se verificou uma descida significativa da taxa de juro média das novas operações. Passou de 5,9%, para 5,08% num ano.

O líder da CIP pede à troika que deixe o dinheiro que sobra da banca para a capitalização das empresas. É boa ideia?

Dotar um fundo para apoiar a recapitalização é muito importante. A tal instituição de crédito a ser criada vai ter muito essa missão. A linha para a recapitalização dos bancos dificilmente será reconvertível.

Para a CIP a troika foi responsável pela falta de crédito. Concorda?

A desalavancagem, entre Julho de 2011 e Março de 2013, provocou restrição e enorme selectividade no crédito. A partir dessa altura, a situação das PME foi determinante. A procura de crédito diminuiu. Atribuir à troika responsabilidade pela escassez de crédito só se o ritmo da desalavancagem foi rápido demais.

O ritmo não foi escolha dos bancos?

Havia grande esforço a fazer. O que falha na análise é a situação das empresas para poderem ter acesso a crédito em condições correctas. É o problema da economia nacional.

Deve ser uma prioridade?

Sem dúvida. É um problema nacional e europeu.

Sente Bruxelas preocupada?

No novo quadro comunitário, deve ser das questões atacadas. Tem muito a ver com a forma de financiamento da economia europeia, onde três quartos das necessidades são feitas por recurso ao crédito. Falta na Europa reduzir as necessidades de crédito e aumentar a utilização do mercado de capitais e outras formas de financiar. A cultura empresarial nacional não ajuda, a repartição de capital é difícil.

As empresas deviam ter exigências de solvência como os bancos?

Primeiro temos de criar um quadro atractivo para o reforço de

Financiamento às PME em máximos de dois anos

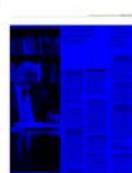
A melhoria dos resultados dos bancos portugueses, ao longo deste ano, pode permitir-lhes conceder mais crédito à economia, depois da “travagem a fundo” em consequência do programa de ajustamento. O último inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito publicado pelo Banco de Portugal aponta para a expectativa “de diminuição da restritividade na concessão de crédito a empresas, especialmente a PME”, nos primeiros três meses do ano. Uma tendência que começou a sentir-se no final do ano passado. Segundo os dados do regulador, em Dezembro, os empréstimos a empresas até um milhão de euros ascenderam a 1,8 mil milhões de euros, o montante mais elevado desde Dezembro de 2011. Já as grandes empresas absorveram 3,02 mil milhões de euros, mais 29% do que ano antes. No que se refere aos custos, continuam elevados, mas abaixo dos mínimos de 2008. Segundo o BCE, nos créditos abaixo de mil milhões de euros, a taxa média aplicada foi de 6,18%, o que compara com os 8,08% fixados em Outubro de 2008. **RG**

capital das empresas.

Em termos fiscais?

É essencial. E encontrar soluções alternativas de repartição de capital, envolvendo capital de risco, novos accionistas e instrumentos híbridos.

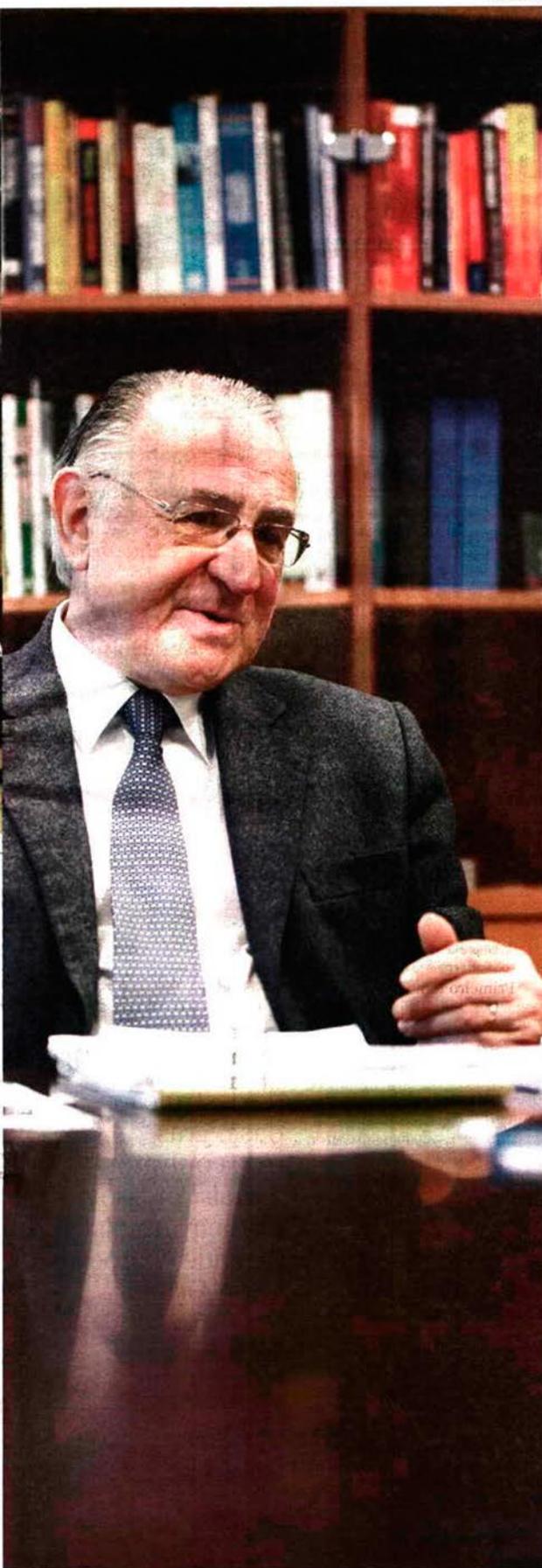




ID: 52743637

07-03-2014

Bruno Simão



“O maior risco que corremos é político”

Qual a melhor forma de Portugal sair do apoio da troika? Regresso pleno ao mercado ou programa cauteloso?

Podemos tentar sair sem cautelar, apresentando um programa com medidas concretas, objectivos para os próximos anos, cobrindo as contas públicas, as contas com o exterior e, muito, a sustentabilidade do crescimento. Este programa, para ser convincente, requer o compromisso dos três partidos do arco da governação [PSD, CDS e PS]. O maior risco que corremos é político.

É possível haver esse acordo?

É importantíssimo que se estabeleçam condições para esse acordo.

A um ano de eleições legislativas?

O interesse do País e dos portugueses deve sobrepor-se aos interesses partidários e aos jogos de poder. Também num [programa] cauteloso precisaremos de um compromisso dessa natureza. O problema é incontornável. O País necessita que haja um compromisso entre esses três partidos.

O programa da troika foi assinado por um governo PS. PSD e CDS aplicaram-no. Mas isso não deixou que o acordo fosse usado na luta política.

A ética política deve prevalecer sobre os jogos de poder e sobre o interesse político-partidário. A ética política tem, exclusivamente, a ver com o interesse do País e dos portugueses. E o interesse do País é que os problemas sejam resolvidos o mais rapidamente possível. Acredita que haja uma reforma do Estado sem o entendimento destes partidos? É muito difícil. E uma reforma do Estado demora anos a fazer. Adiar um compromisso desta natureza, é adiar o interesse vital do País. A história irá penalizar a imagem que a actual classe política deixará se não se envolver no encontro de um compromisso.

Esse compromisso é condição indispensável para que haja uma saída

Podemos tentar sair sem cautelar, apresentando um programa que requiere o compromisso do PSD, CDS e PS.

limpa do programa da troika?

Era a melhor via para assegurar, interna e externamente, confiança na execução da continuidade das exigências que, em qualquer caso, temos que cumprir. E não são só as exigências ditadas pela União Económica e Monetária, são também exigências relacionadas com a possibilidade de pagar o serviço da dívida em condições que não agravem a situação das contas públicas, mas que, ao contrário, facilitem a consolidação orçamental e a melhoria da competitividade da economia portuguesa. Fugir a esta questão é não atender à necessidade que o País tem. Isto é uma urgência.

Para a banca qual seria a melhor solução para sair do apoio da troika?

Qualquer das alternativas, se for convincente, é indiferente. Exactamente porque, apesar de tudo, existem riscos de natureza política. Mas isto não é a banca, sou eu, talvez preferisse um cautelar. Mas é uma posição pessoal.

Para a banca, a saída da troika de Portugal será um alívio?

Na relação que a troika teve com a banca procurou sempre ser construtiva. A verdade é que, num contexto de brutais desvantagens competitivas, a banca portuguesa tem mostrado resiliência, fortaleceu-se, é segura e, neste momento, vive fundamentalmente com um problema de rentabilidade.

Créditos fiscais devem agravar OE de forma progressiva

Como contribuinte vê a questão dos activos por impostos diferidos [DTA] da mesma forma que como líder da APB?

Sem dúvida. Temos que tomar em consideração as verdadeiras prioridades: apoiar o crescimento da economia e não criar mais entraves a conceder crédito. O que está em causa é saber se os DTA têm implicações nas contas públicas.

Pode não ter? Noutros países teve.

Em Itália teve, em Espanha está em aberto, como em Portugal.

Espera que esta reivindicação da banca possa ser acolhida pelo Governo?

É uma situação em que importa que a banca portuguesa não crie mais uma desvantagem competitiva em relação aos seus “peers” europeus, designadamente aos mais concorrenciais, aumentando ainda mais a fragmentação. O importante é que a solução nacional seja equitativa à de Espanha e Itália.

Levamos anos de austeridade e desequilíbrio das contas públicas, será fácil explicar uma medida que aumentará o défice e a dívida e beneficia a banca?

A alternativa poderá ser a necessidade de os bancos virem a ter que recorrer novamente ao fundo de recapitalização. O que está em causa é encontrar uma solução em que não se deduzam aos fundos próprios dos bancos os activos por impostos diferidos que dependam da rentabilidade futura. Está definido um prazo de transição de dez anos para isso. Espera-se que a interpretação dada em relação à necessidade de contabilizar nas contas públicas a totalidade desses impostos [seja] fazê-lo à medida em que eles forem [deduzidos].

Qual é a sua expectativa?

Parece-me lógico que, como em Espanha, a imputação nas contas públicas seja à medida que houver utilização dos créditos fiscais.

O Governo não terá dificuldade em justificar uma medida favorável à banca?

É favorável ao País. Favorável à banca, é obviamente, porque não exigirá a necessidade de mais aumentos de capital. Mas o que importa considerar é não agravar as condições de funcionamento da banca.

Com impacto no crédito à economia?

Vamos esperar que não.



“Sem dúvida”
que a banca
vai continuar
a aumentar
as comissões



Faria de Oliveira,
presidente da APB,
diz que esta é uma
forma da banca
recuperar lucros.

1.ª Linha 4 a 7